



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

## Processo Seletivo Público para Estagiários de Direito – 2018

# **CADERNO DE PROVAS**

Número de inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

Recife, 26 de agosto de 2018

# INSTRUÇÕES

**As instruções contêm informações indispensáveis à realização da prova. Não deixe de lê-las.**

1. Este caderno de provas contém as 30 questões que compõem a **Prova Objetiva**, das quais 6 de **Direito Constitucional**, 6 de **Direito Administrativo**, 6 de **Direito Penal**, 6 de **Direito Processual Penal** e 6 de **Direito Processual Civil**. Ele contém igualmente o espaço para a **Prova Dissertativa (Subjetiva)** e duas folhas para rascunho (as quais são de utilização **opcional**).

2. Na hipótese de o caderno estar incompleto ou com qualquer defeito formal, o(a) candidato(a) deverá solicitar ao fiscal mais próximo que o substitua. **Não** serão deferidos recursos baseados em defeitos formais do caderno de prova.

3. Se o(a) candidato(a) considerar que determinada questão apresenta qualquer defeito de conteúdo, deverá dela recorrer no prazo previsto no Edital nº 01, de 8 de junho de 2018. **Não** será prestado, durante a realização da prova, esclarecimento algum relativamente a defeitos dessa natureza ou quanto à interpretação dos comandos e dos itens das questões.

4. É vedada a consulta e a utilização de livros, códigos, legislação, anotações ou qualquer outro material, bem como a comunicação com qualquer pessoa que não os fiscais que estarão atuando na aplicação da prova de seleção.

5. É vedada a utilização de qualquer equipamento eletrônico durante a prova, inclusive telefone celular, que deverá ser desligado e guardado em recipiente próprio fornecido pela comissão do concurso.

6. A duração da prova é de **3 horas** improrrogáveis, **incluído** o tempo para preenchimento do número de inscrição, da folha de respostas e da Prova Dissertativa, e caso seja usada, da folha de rascunho. Ao final desse tempo, o(a) candidato(a) que não entregar **imediatamente** o caderno de provas será considerado desistente da seleção.

7. O(A) candidato(a) **não** deverá identificar-se em nenhum lugar do caderno de provas ou da folha de respostas a não ser naquele expressamente destinado a tal fim e **não** deverá assinar ao final da Prova Dissertativa.

8. As questões da **Prova Objetiva** apresentam cinco alternativas, das quais apenas uma deverá ser marcada, conforme as instruções de cada comando.

9. Compete **unicamente** ao(à) candidato(a), sob sua **exclusiva** responsabilidade, marcar as respostas da **Prova Objetiva** nas quadrículas da folha de respostas, que será o **único** documento considerado para correção. Serão consideradas **incorretas** marcações **duplas, rasuradas ou emendadas**. **Não** haverá, em hipótese alguma, substituição da folha de respostas em razão de erro do(a) candidato(a).

10. O(A) candidato(a) deverá utilizar caneta esferográfica **preta ou azul** para efetuar as marcações no cartão de respostas. As quadrículas desejadas poderão ser completamente preenchidas ou marcadas com um X, sem que seus limites sejam ultrapassados. E, em hipótese alguma, deve ser utilizado corretivo líquido, em fita, ou qualquer outra forma de correção de marcação.

11. O **número de inscrição** do(a) candidato(a) deverá ser grafado na folha de respostas na seção correspondente, com caneta preta ou azul.

12. A **Prova Dissertativa** deverá ser feita com letra **legível** em tinta **preta ou azul**. Porções ilegíveis **não** serão consideradas na correção, podendo, portanto, prejudicar a avaliação da prova. A identificação deverá ser **exclusivamente** pelo número de inscrição no espaço correspondente.

13. A não observância de qualquer uma destas instruções poderá acarretar a **exclusão** do(a) candidato(a) da seleção.

**BOA SORTE!**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA  
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2018

PROVA OBJETIVA

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

QUESTÃO 01

Sobre o controle de constitucionalidade, escolha a opção CORRETA:

(A) Cabe ao STF julgar a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, quando propostas contra lei ou ato normativo da União ou dos Estados-membros.

(B) Os presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados podem propor a ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

(C) No controle difuso, a declaração de inconstitucionalidade de lei proferida pelo STF produz efeitos apenas entre as partes do processo, cabendo ao Senado suspender a execução, no todo ou em parte, dessa lei declarada inconstitucional, quando a decisão tiver a natureza de definitiva.

(D) Nas ações diretas de constitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, a decisão do STF vincula os três Poderes da República, nos três níveis da Federação, quando a decisão for de natureza definitiva de mérito.

(E) O pedido de cancelamento de súmula vinculante só pode ser feito pelos ministros do STF e pelo procurador-geral da República.

QUESTÃO 02

Em relação aos direitos e garantias individuais previstos na Constituição Federal, marque a opção correta:

(A) Conquanto associações e cooperativas independentem de autorização para serem criadas, o Estado, no caso das cooperativas e nos termos da lei, poderá interferir no seu funcionamento, quando presentes razões de interesse público.

(B) O Estado tem o dever de indenizar o erro judiciário, exceto se a decisão definitiva tiver sido confirmada em todas as instâncias recursais, inclusive pelo Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição.

(C) Pela Constituição, o crime de racismo é imprescritível e insuscetível de graça e anistia.

(D) A Constituição autoriza o anonimato, em situações previstas em lei, quando em risco a liberdade de manifestação do pensamento.

(E) Nos termos da Constituição, a liberdade de manifestação do pensamento não é absoluta e encontra limites constitucionais, entre outros, na inviolabilidade da honra, no direito de resposta proporcional ao agravo e na previsão de indenização por danos materiais, morais e à imagem.

QUESTÃO 03

Em relação aos direitos políticos, escolha a alternativa correta:

(A) O voto do analfabeto é facultativo aos 16 (dezesesseis) anos, passando a ser obrigatório aos analfabetos que completem 18 (dezoito) anos.

(B) Os analfabetos podem concorrer ao cargo de vereador, desde que tenham 21 (vinte e um) anos.

(C) A suspensão dos direitos políticos poderá ocorrer em razão de condenação criminal, em decisão transitada em julgado, não sendo suficiente a confirmação da condenação em segunda instância.

(D) A lei que alterar o processo eleitoral deverá entrar em vigor imediatamente na data de sua publicação, aplicando-se às eleições posteriores, inclusive aquelas previstas para os próximos 6(seis) meses.

(E) Governadores podem continuar no cargo, ainda que pretendam concorrer a outros cargos.

QUESTÃO 04

No que diz respeito aos órgãos, às competências e às atribuições do Poder Judiciário e do Ministério Público, assinale a opção correta:

(A) O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze ministros, escolhidos entre membros de notável saber oriundos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Advocacia, de forma proporcional.

(B) Os governadores de Estado e os prefeitos são processados e julgados criminalmente perante o Tri-

bunal Regional Federal, quando houver interesse federal.

(C) Um quinto dos membros dos Tribunais Regionais Federais são oriundos dos Tribunais de Justiça da respectiva região.

(D) As Procuradorias Regionais da República são os órgãos do Ministério Público Federal com atribuição para atuar perante os Tribunais Regionais Federais, em recursos e ações originárias, no âmbito civil e criminal.

(E) A presidência do Conselho Nacional do Ministério Público cabe ao conselheiro oriundo dos ramos do Ministério Público escolhido pelo procurador-geral da República.

#### QUESTÃO 05

Sobre as ações constitucionais, assinale a opção CORRETA:

(A) Não cabe habeas data para retificar dados pessoais nos registros ou bancos de dados oficiais, o que deverá ser objeto de processo judicial específico e sigiloso.

(B) O mandado de segurança pode ser proposto para proteger direito líquido e certo à norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

(C) O mandado de segurança coletivo pode ser proposto também por partido político, desde que tenha representação na Câmara dos Deputados e/ou no Senado Federal.

(D) A ação popular não pode ser empregada para defesa do meio ambiente, por se tratar de ação constitucional que objetiva anular ato lesivo à moralidade pública e ao patrimônio público ou de entidade que o Estado participe.

(E) O habeas corpus é o remédio constitucional, inclusive de natureza preventiva, cabível para proteger a liberdade de locomoção contra ilegalidade ou abuso de poder, desde que o paciente esteja no gozo de seus direitos políticos.

#### QUESTÃO 06

Em relação ao estatuto constitucional do Ministério Público, assinale a opção CORRETA:

(A) A Constituição Federal definiu, como missão do Ministério Público em favor dos interesses da sociedade, a defesa dos direitos sociais e coletivos, vedada a defesa de direitos individuais, ao encargo dos próprios interessados.

(B) Entre outras vedações, os membros do Ministério Público não podem exercer a advocacia, participar de sociedade comercial, na forma da lei, e exercer atividade político-partidária, as quais se aplicam também aos membros dos Ministérios Públicos junto aos Tribunais de Contas.

(C) Compete ao Ministério Público promover o inquérito civil e ação civil pública, para a proteção do

patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, devendo submeter ao Poder Judiciário requerimentos de notificação e requisição de documentos e informações.

(D) O Ministério Público Federal atua nos casos de crimes da competência da Justiça Militar da União.

(E) O procurador-geral da República é indicado pelo Presidente da República e aprovado pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

#### QUESTÃO 07

Quando um bem imóvel que integra o patrimônio da União é destinado à prestação de um serviço público diz-se que:

(A) tornou-se um bem de uso comum.

(B) restou caracterizado como bem difuso ou coletivo.

(C) foi afetado a um uso especial.

(D) foi desafetado a bem dominical.

(E) foi concedido.

#### QUESTÃO 08

A faculdade que dispõe a Administração Pública de aplicar sanções relativas a infrações funcionais de seus servidores caracteriza o poder:

(A) disciplinar.

(B) de liderança.

(C) de complementação.

(D) autocrático.

(E) discricionário.

#### QUESTÃO 09

O princípio constitucional que impõe à Administração Pública direta e indireta a busca pela qualidade e aperfeiçoamento na prestação de seus serviços, preservando os interesses que representa, e o princípio estabelecendo que todos têm direito de receber dos órgãos públicos, de regra, informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, dizem respeito, respectivamente, à:

(A) impessoalidade e razoabilidade.

(B) eficiência e a publicidade.

(C) presunção de legitimidade e a moralidade administrativa.

(D) imperatividade e a especialidade.

(E) publicidade e a proporcionalidade.

QUESTÃO 10

A Administração Pública, em sentido objetivo, no exercício da função administrativa, engloba as seguintes atividades, exceto:

- (A) polícia administrativa.
- (B) serviço público.
- (C) intervenção no domínio econômico.
- (D) fomento a atividades privadas de interesse público.
- (E) elaboração legislativa, com caráter inovador.

QUESTÃO 11

Acerca do sistema administrativo brasileiro, é correto afirmar que:

- (A) adota-se o sistema de jurisdição mediante o contencioso administrativo, excludente da atuação judicial;
- (B) o sistema de jurisdição dúplice, vigente no Brasil, permite a simultaneidade da atuação do contencioso administrativo e atuação judicial;
- (C) embora existente decisão administrativa sobre determinado tema, esta é passível de apreciação judicial;
- (D) as decisões administrativas não estão sujeitas a reexame recursal, devendo ser revistas pela via judicial;
- (E) baseia-se no sistema administrativo jurisdicional, em vigor no Brasil, no sistema francês.

QUESTÃO 12

Os bens públicos não podem ser objeto de prescrição aquisitiva, o que significa que, em relação a eles, não pode ocorrer:

- (A) a compra e venda.
- (B) a doação.
- (C) o usucapião.
- (D) a concessão.
- (E) a permissão.

**DIREITO PENAL**

QUESTÃO 13

Marque a assertiva CORRETA:

- (A) O princípio da legalidade ou da reserva legal não constitui limitação ao poder punitivo do estado.
- (B) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou da omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- (C) Considera-se praticado o crime no momento do resultado.

(D) Aplica-se a lei brasileira a todo crime praticado em território nacional, sem exceção.

(E) Considera-se praticado o crime sempre no lugar onde ocorreu a ação ou a omissão, no todo ou em parte.

QUESTÃO 14

Não é elemento integrante do fato típico:

- (A) conduta.
- (B) resultado (exceto nos crimes de mera conduta).
- (C) nexa causal.
- (D) tipicidade.
- (E) inexigibilidade de conduta diversa.

QUESTÃO 15

Tício, com a intenção de matar Mévio (animus necandi), coloca veneno na sopa da vítima. Antes de Mévio ingerir o alimento, Tício, arrependido, joga a sopa no lixo. Nesse caso:

- (A) Tício perpetrado tentativa de homicídio;
- (B) Tício agiu mediante desistência voluntária;
- (C) Tício agiu mediante arrependimento eficaz;
- (D) Tício perpetrado o crime de homicídio simples;
- (E) Tício perpetrado o crime de homicídio qualificado pelo uso de veneno.

QUESTÃO 16

Semprônio, funcionário público, dolosamente, apropriou-se de notebook da repartição pública onde trabalhava e de que detinha a posse em razão do cargo. Semprônio praticou o tipo penal do crime de:

- (A) peculato (CP, art. 312).
- (B) furto (CP, art. 155).
- (C) roubo (CP, art. 157).
- (D) extorsão (CP, art. 158).
- (E) estelionato (CP, art. 171).

QUESTÃO 17

Valeriano, proprietário rural, fornece documento ideologicamente falso a Maurílio, comerciante, com o fim de gerar benefício previdenciário. Maurílio, de posse do referido documento, ludibria o INSS e obtém aposentadoria como agricultor. Nesse caso, em tese:

- (A) Valeriano praticou o crime de falsidade ideológica (CP, art. 299) e Maurílio, estelionato qualificado (CP, art. 171, § 3.º);
- (B) Valeriano e Maurílio responderão, em concurso de agentes, apenas pelo crime de falsidade ideológica (CP, art. 299);

(C) Valeriano e Maurílio responderão, em concurso de agentes, apenas pelo crime de estelionato qualificado (CP, art. 171, § 3.º);

(D) Valeriano e Maurílio responderão, em concurso de agentes, pelos crimes de falsidade ideológica (CP, art. 299) e por estelionato qualificado (CP, art. 171, § 3.º) em concurso material de crimes;

(E) Valeriano e Maurílio responderão, em concurso de agentes, pelos crimes de falsidade ideológica (CP, art. 299) e por estelionato qualificado (CP, art. 171, § 3.º) em concurso formal de crimes.

#### QUESTÃO 18

Magnosvaldo sonegou imposto de renda por dois anos. Ao ser identificada a prática delitativa, a Receita Federal comunicou o fato ao Ministério Público e ao departamento da Polícia Federal. Após efetuada a denúncia, Magnosvaldo pagou integralmente a quantia sonegada, acrescida de juros, multa e correção monetária. Nessa hipótese:

(A) a pena deverá ser reduzida pelo juiz em razão do pagamento do tributo após o oferecimento da denúncia;

(B) a ação penal deverá ser arquivada ante a patente extinção da punibilidade;

(C) a pena de sonegação fiscal deverá ser aplicada integralmente;

(D) o pagamento do tributo após o recebimento da denúncia é mero atenuante;

(E) a sonegação fiscal não é tipificada como crime no Brasil.

### DIREITO PROCESSUAL PENAL

#### QUESTÃO 19

No curso da investigação a autoridade policial investigante, um Delegado integrante da Polícia Civil de determinado Estado da Federação, descobre indício da prática de infração penal por parte de membro do Ministério Público da União que atua em primeiro grau, até então não investigado. O que deve fazer a autoridade investigante:

(A) remeter imediatamente os autos à Polícia Federal, cujo superintendente designará um Delegado de Polícia Federal para prosseguimento da apuração do fato.

(B) remeter imediatamente os autos ao Procurador-Geral da República, que designará membro do mesmo Ministério Público para prosseguimento da apuração do fato.

(C) remeter imediatamente os autos ao Tribunal Regional Federal com sede na mesma área de atuação do membro do Ministério Público da União, cujo Presidente daquela Corte designará, dentre os seus integrantes, aquele a quem caberá o prosseguimento da apuração do fato.

(D) remeter imediatamente os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria Regional da República com sede na mesma área de atuação do membro do Ministério Público da União, ficando aquele com a in-

cumbência de designar, dentre os integrantes da mesma unidade, o responsável pelo prosseguimento da apuração do fato.

(E) nenhuma das respostas acima está correta.

#### QUESTÃO 20

Um juiz federal, investigado por crimes relacionados à sua função, fica submetido, para efeito de conclusão da investigação, a que órgão ou autoridade investigante:

(A) à Polícia Federal.

(B) à Procuradoria Regional da República.

(C) ao Tribunal de Justiça cujo âmbito estadual engloba a área territorial de atuação do juízo do investigado.

(D) ao Tribunal Regional Federal junto ao qual se encontra vinculado, em termos funcionais, o investigado.

(E) nenhuma das respostas acima está correta.

#### QUESTÃO 21

Um juiz federal, uma vez presentes elementos para viabilizar uma ação penal por crimes relacionados à função, após a sua investidura, como tal, será processado, em juízo, por qual órgão ou autoridade:

(A) Procurador Regional Federal.

(B) Procurador-Geral de Justiça.

(C) Procurador Regional Eleitoral.

(D) Subprocurador-Geral da República.

(E) nenhuma das respostas acima está correta.

#### QUESTÃO 22

Motorista, processado por crime de desacato (pena de seis meses a dois anos de detenção) a policial rodoviário federal, findou por ser condenado por um juízo federal de primeiro grau pelo mesmo crime. Pergunta-se: caso pretenda recorrer, não satisfeito com a condenação, a qual órgão deverá apresentar o seu recurso:

(A) Tribunal de Justiça com sede que coincide com a área territorial de atuação do juízo sentenciante;

(B) Tribunal Regional Federal com sede na área de atuação do juízo sentenciante;

(C) Turma Recursal com sede na área de atuação do juízo sentenciante;

(D) Juízo Federal titularizado pelo juiz mais antigo na mesma área de atuação do juízo sentenciante;

(E) nenhuma das respostas acima está correta.

#### QUESTÃO 23

Transeunte, contra quem pesa imputação de cometer crime de dano não qualificado (pena de um a seis meses de detenção), por ter desferido um golpe que acabou por trincar o para-brisa de um veículo no qual

se encontrava um motorista de Uber, está sujeito, se for o caso de ser processado, em juízo, a que tipo de ação penal:

- (A) ação penal privada;
- (B) ação penal pública incondicionada;
- (C) ação penal pública condicionada;
- (D) ação penal privada subsidiária da pública;
- (E) nenhuma das respostas acima está correta.

QUESTÃO 24

Dos recursos e instrumentos abaixo qual deles pode ser utilizado unicamente em nome e pela defesa do imputado ou sentenciado:

- (A) habeas corpus;
- (B) apelação criminal;
- (C) correição parcial;
- (D) revisão criminal;
- (E) nenhuma das respostas acima está correta.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

QUESTÃO 25

Analise os itens abaixo e atenda ao que se pede:

I. É cabível recurso especial para reapreciação de provas, desde que tenham sido obtidas por meios ilícitos, não incidindo na hipótese a súmula nº 07 do STJ.

II. O Ministério Público não tem legitimidade para recorrer no processo em que oficiou como custos legis ou fiscal da ordem jurídica, como o denomina o NCPC, mas apenas naquele em que atuar como parte.

III. Os Juízos a quo e ad quem não podem declarar de ofício a intempestividade do recurso, salvo se a parte recorrida a arguir.

IV- Apenas a Fazenda Pública e o Ministério Público tem a prerrogativa de prazo privilegiado, em dobro, para recorrer.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Apenas os itens II, III e IV são falsos;
- (B) São falsos apenas os itens I, III e IV;
- (C) Todos os itens são falsos.
- (D) É falso apenas o item II.
- (E) São verdadeiros apenas os itens I e III.

QUESTÃO 26

Não se considerando a prerrogativa da contagem dos prazos em dobro, consoante o NCPC/2015, quando se trata de: apelação, agravo de instrumento, embargos de declaração, recurso ordinário, recurso extraordinário e recurso especial:

Indique a alternativa CORRETA:

(A) tem todos o prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da intimação do recorrente.

(B) o prazo para cada um dos recursos acima mencionados é de 15 (quinze) dias, exceto o referente ao agravo de instrumento que é de 05 (cinco) dias.

(C) à exceção do recurso ordinário, cujo prazo é de 05 (cinco) dias, todos os demais são de 10 (dez) dias.

(D) à exceção do agravo de instrumento cujo prazo é de 10 (dez) dias, todos os demais são de 15 (quinze) dias.

(E) são todos de 15 (quinze) dias, exceto no que se refere aos embargos de declaração cujo prazo é de 05 (cinco) dias.

QUESTÃO 27

A peça vestibular também denominada petição inicial será indeferida:

I - apenas quando o réu arguir em preliminar na contestação que a parte autora é manifestamente ilegítima e lhe faltar pedido e causa de pedir;

II - quando a parte for manifestamente ilegítima ou lhe faltar pedido ou causa de pedir;

III - "ex - officio" quando o juiz verificar, desde logo, a decadência ou a prescrição; ou ainda se o pedido for genérico;

IV - quando o autor desistir da ação ou da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão, tendo-a como inepta;

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) apenas a afirmativa de nº II é verdadeira.
- (B) são verdadeiras apenas as afirmativas de nºs II e IV.
- (C) são verdadeiras apenas as afirmativas de nºs III e IV.
- (D) todas são verdadeiras.
- (E) todas são falsas.

QUESTÃO 28

Do despacho de Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região que inadmitiu recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal, por considerá-lo intempestivo, mas se constatando equívoco, por ter se desconsiderado feriado, em razão do qual o prazo foi prorrogado, caberá :

(A) agravo regimental no prazo de 05 (cinco) dias para o Tribunal Pleno.

(B) agravo no prazo de 30 (trinta) dias, da intimação para o Supremo Tribunal Federal.

(C) embargos de declaração no prazo de 05 (cinco) dias para a Presidência do TRF - 5ª Região, que poderá reconsiderar a sua decisão.

(D) agravo no prazo de 15 (quinze) dias da intimação para o Supremo Tribunal Federal, sendo a petição dirigida ao TRF- 5ª Região ou embargos de declaração no prazo de 10 (dez) dias.

(E) agravo de instrumento no prazo de 10 (dez) dias da intimação para o Superior Tribunal de Justiça.

QUESTÃO 29

Sobre a ação rescisória é INCORRETA a alternativa:

(A) O prazo para a sua propositura, regra geral é de 02 (dois) anos contado o termo inicial do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo, mas há exceções cujo prazo poderá ser de 05 (cinco) anos, como por exemplo, na hipótese da descoberta de prova nova.

(B) O Ministério Público não será mais intimado obrigatoriamente após as partes sob pena de nulidade do processo, para se pronunciar como *custus iuris* ou fiscal da ordem jurídica em todas as ações rescisórias.

(C) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação rescisória somente na hipótese de não ter sido intimado no processo em que era obrigatória a sua intervenção.

(D) Além do Ministério Público tem legitimidade para propor a ação rescisória o terceiro juridicamente interessado, aquele que foi parte no processo ou aquele que não foi ouvido no processo em que era obrigatória a sua intervenção.

(E) O NCPC/2015 ampliou o objeto de ação rescisória admitindo a rescisão não apenas de sentenças de mérito, mas de outras decisões judiciais, desde que de mérito, como por exemplo a que reconheceu equivocadamente a prescrição.

QUESTÃO 30

Analise os itens abaixo:

I-. Todas as sentenças proferidas contra a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público, sempre que a condenação ou o proveito econômico for de valor certo excedente a 1.000 (um mil) salários mínimos, estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição.

II. A sentença de mérito proferida em benefício do réu, antes da sua citação, deverá ser-lhe comunicada, após o trânsito em julgado do referido ato processual.

III. A nulidade processual somente poderá ser decretada após a intimação do Ministério Público, o qual se pronunciará acerca da existência ou não de prejuízo nos processos em que era obrigatória a sua intervenção.

IV. As incompetências absoluta e relativa devem ser arguidas em preliminar na contestação, mas quanto à primeira poderá ser alegada a qualquer tempo e grau de jurisdição e declarada de ofício.

V. Não se procederá a citação quando o pretense réu for mentalmente incapaz; hipótese em que, certificando o oficial de justiça tal fato, o juiz nomeará médico para examinar o citando.

Assinale a alternativa CORRETA:

(A) apenas o item V é verdadeiro.

(B) são verdadeiros apenas os itens I, II e IV.

(C) são verdadeiros apenas os itens III e IV.

(D) todos os itens são verdadeiros.

(E) todos os itens são falsos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA  
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2018

PROVA DISSERTATIVA (SUBJETIVA)

<b>Número de inscrição:</b>						
-----------------------------	--	--	--	--	--	--

**Questão 1:**

- 1. Explique a restauração do sistema jurídico estatal (realização do direito objetivo) como a função principal do processo, sendo a resolução dos conflitos interpessoais (satisfação do direito subjetivo) o objetivo secundário, dando ênfase ao aparente paradoxo decorrente da exigência da legitimidade para a causa.*
- 2. Explique a diferença, a partir do principal objetivo do processo e do exame da legitimidade para a causa, entre a ação individual e a ação coletiva em sentido lato, justificando as atribuições legais da instituição na busca da realização de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.*
- 3. Por fim, justifique a necessidade de existência do Ministério Público e sua necessidade para a função jurisdicional.*

*Normas constitucionais regulatórias envolvidas na questão.*

*Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.*

*Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:*

*I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;*

*(...)*

*III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;*

*(...)*

*IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.*





A large rectangular area with a double-line border, containing 28 horizontal lines for writing.





MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA  
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2018

**RASCUNHO** DA PROVA DISSERTATIVA (SUBJETIVA)

Número de inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

RASCUNHO

RASCUNHO